

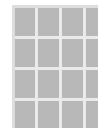


FÓRUM

Quais são as suas perspectivas para 2016?

O Económico questionou os principais escritórios de advogados em Portugal quanto às suas perspectivas para o novo ano. As respostas mostram um sentimento ainda cauteloso face às perspectivas de crescimento do sector e do país. Mas com claros sinais de esperança quanto à recuperação da economia e à consolidação da confiança dos investidores e agentes económicos.



**Dulce Franco**

Sócia da AAA

As nossas perspectivas para 2016 envolvem o reforço de capacidade senior em certas áreas de trabalho para as quais somos mais intensamente solicitados. Também prevemos a contratação de novos estagiários, tendo em conta a evolução dos actuais na sua carreira.

Para além disso, a formação continuada e o desenvolvimento de conhecimento em certas áreas da indústria e serviços, a acompanhar as actividades de clientes, mantêm-se propósitos para o próximo ano.

Naturalmente que o ambiente económico tem uma intensa relação com a nossa actividade, o tipo de trabalho a que mais nos dedicamos. Não parece prudente antecipar como se apresentará o ambiente económico dentro de algum tempo

**Paulo de Moura Marques**

Sócio da AAMM - Abecasis, Azoiá, Moura Marques & Associados (AAMM)

Em 2016 a advocacia de especialidade continuará o seu caminho de consolidação. O recurso a especialistas reconhecidos é um modo preferencial de defesa dos interesses de clientes e prevejo que a tendência se acentue. Paralelamente, a sofisticação da gestão das sociedades e a internacionalização serão outras apostas vindas de 2015 que, tenho por certo, se manterão. A crescente exigência por parte de clientes quanto à qualidade de serviços também ditará estas orientações preferenciais, bem como a procura por satisfação de serviços jurídicos orientados para sectores de actividade e nichos de mercado.

**João Costa Quinta**

Sócio da ABBC

A nível económico, esperamos que seja um ano de crescimento, mas sempre marcado pela preocupação dos agentes na análise da relação custo-benefício. Assim, num setor altamente sofisticado como o jurídico, o desafio da advocacia para 2016 passará pela inovação na análise e nas soluções, bem como pela capacidade de integração dos serviços, em especial em questões multijurisdicionais. Esta visão continuará a nortear a ABBC em 2016, um ano que será de consolidação da estratégia adotada nos últimos anos e de exponenciação dos seus resultados, com enfoque na nossa capacidade transfronteiriça e na assessoria a clientes e em projetos de referência no plano nacional e internacional.

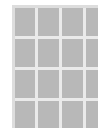
**Alexandra Bessone Cardoso**

Sócia Fundadora da ABC Legal

"O sector da advocacia está intrinsecamente ligado ao contexto económico vivido no país, o qual influencia o tipo de advocacia praticada. Desta forma, o mercado dos advogados tem-se vindo a adaptar ao cenário de crise, tendo-se constatado um crescimento de forma exponencial de certos ramos

da advocacia que obrigaram tanto as sociedades de advogados, como todos os profissionais de prática individual, a uma maior especialização e investimento nessas áreas.

É neste quadro que prevemos para o ano de 2016 que a dinâmica positiva, que começou a registar-se no segundo semestre de 2015 no setor crédito bancário, e muito em particular no sector do crédito ao consumo, terá continuidade em 2016, comprometendo a evolução positiva da desalavacagem do sector privado não financeiro. É, sem dúvida, este contexto favorável ao sector da advocacia, em particular às sociedades de média dimensão, como a ABC LEGAL. Em contextos de crescimento moderado, aliar a qualidade ao privilegiamento de relações de proxi-



midade, como é apanágio de organizações de média dimensão, ditará a fronteira entre o robustecimento das empresas e dos privados ou o embandeirar em arco. Perspetivamos igualmente, que o fim do regime da renovação extraordinária dos contratos a termo e demais medidas que acreditamos venham a ser implementadas no ano 2016, constitua uma significativa fonte de litigiosidade já no próximo ano e seguintes.

Acreditamos que 2016 possa vir a constituir um ano decisivo para o crescimento e robustecimento da economia social, quer pela emergência de resposta aos desafios demográficos com os quais Portugal se vê e prevê venha a ser confrontado, em razão de migrações e maior senioridade da nossa população, quer pela abrangência dos estímulos de que poderá beneficiar o sector terciário do estado. Em conclusão, é de prever, igualmente, que, em 2016, se mantenham como mais praticadas as áreas relacionadas com a insolvência, a recuperação de créditos e o direito laboral. Por outro lado, acreditamos que as áreas ligadas ao sector imobiliário, societário e de planeamento fiscal manter-se-ão relativamente estagnadas.”

**Duarte d’Athayde,**

‘Managing Partner’ da Abreu Advogados

Tempo de Travessia

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo. E esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia e se não ousarmos fazê-la... Teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”

Fernando Teixeira de Andrade

2016 será um ano marcante para a Abreu Advogados. Será um momento de viragem. Um ano em que a Abreu Advogados irá concretizar um exercício de avaliação e de introspecção, revendo a sua estratégia em Portugal e no Mundo. Será o ano em que a Abreu Advogados estará em processo de mudança de instalações: a nova sede terá um carácter contemporâneo e corporativo, com uma identidade forte e vinculada.

O futuro de Portugal irá trazer-nos novos desafios e obstáculos que teremos de enfrentar com serenidade. Empresas que emagreceram, nos períodos mais agudos da crise estão hoje mais rentáveis e algumas começam a beneficiar do investimento de capital estrangeiro. Mas a economia portuguesa apesar de, mais sólida, ainda tem um extenso caminho a percorrer.

Também há ventos de mudança no sector da advocacia. Nem todos para melhor: um tema que poderá abalar o sector jurídico-português, a multidisciplinaridade, levanta questões complexas e que desde há anos se colocam muito para além das nossas fronteiras. Em tempos de mudança há que não esquecer o essencial: a função da Advocacia sempre foi a de defender os interesses do Cliente, auxiliando a realização da justiça. Para isso, tem de existir uma relação de confiança entre o Cliente e o advogado. E essa relação de confiança funda-se em muitos aspectos pragmáticos, como o sigilo, mas também sobre algo de crucial que é a independência na prossecução dos interesses do Cliente.

No próximo ano, a Abreu Advogados manterá a aposta na diversificação e na disponibilização de serviços adequados às necessidades dos seus Clientes.

O nosso principal desafio deverá ser sempre, e não apenas em 2016, a identificação das aspirações dos Clientes tendo a flexibilidade adequada para lhes responder com valor acrescentado. Assim, quando adequado e alinhado com as expectativas dos Clientes e como resposta às necessidades do mercado, estabeleceremos serviços complementares que estejam direccionados ao reforço da excelência. Soluções que devem ser, verdadeiramente, inovadoras mas que preservam as bases do que é significativo: a qualidade técnica e individual dos advogados, a presença física nos mercados de investimento dos Clientes, a transparência na orçamentação de honorários.

As sociedades globais voltaram a olhar para Portugal e para o papel das sociedades portuguesas, como ponte para países africanos com os quais já têm estreitas relações profissionais. Tendo a sua actividade centrada no Cliente, a Abreu Advogados manterá em 2016 uma estratégia de internacionalização intensificando a actividade relativa a países de língua oficial portuguesa.

E porque a Abreu Advogados procura desempenhar um papel relevante na Comunidade em que se insere, iremos procurar aprofundar o nosso compromisso

na construção de uma sociedade baseada no desenvolvimento sustentável. Dar robustez à nossa actual cultura de meritocracia e continuar a ser imperativos em termos solidários e de responsabilidade social.

**Carlo Ferreira**

Sócio da ACFA

Parante os desafios e perspectivas da advocacia portuguesa e europeia para 2016, abre-se um novo cenário, que certamente possibilitará grandes saltos no sentido de assumirmos uma postura mais empresarial. As áreas mais promissoras para a advocacia em 2016 vão exigir escritórios mais

estruturados e com um planeamento sólido do seu trabalho.

Investir em novas especializações deve ser um factor diferencial para os advogados, deixando a forte concorrência do mercado em áreas tradicionais, como cível, societário, trabalho e penal, e aproveitar áreas criadas a partir das transformações sociais e económicas.

Com a atracção de novos investidores estrangeiros, os advogados também devem ter pela frente mais solicitações nas áreas comerciais e empresarial, já que o investimento estrangeiro tanto a nível particular como empresarial vão precisar cada vez mais de profissionais que conheçam a fundo a legislação. Da mesma forma, o Direito Internacional será outro ramo voltado ao crescimento, para lidar com o crescente aumento nas relações com aqueles que procuram o nosso país pelas mais variadas razões.

Para o Direito Desportivo, as Telecomunicações, a Arbitragem e as consultorias em mercados financeiros e de capitais também se prevê um forte aumento na demanda de consultadoria, face às grandes mudanças que se adivinham para os tempos mais próximos.

Embora o cenário económico do país aponte para um período de incerteza nada bom para a economia, a perspectiva para os profissionais do Direito continuam optimistas, nós, Advogados, sempre nos soubemos adaptar às circunstâncias, mesmo às mais difíceis e estou certo que assim vai continuar.

Por mais moderno que se tenha tornado o exercício da Advocacia, a confiança, segurança e honestidade nunca deixarão de ocupar um espaço central no relacionamento advogado/cliente.

Nós na ACFA – C. Ferreira e Associados – temos viabilizado uma maior intimidade entre a realidade dos clientes e os nossos advogados, o que gera maior efectividade e melhores resultados tanto para nós como para aqueles em que em nós confiam.

Para o ano de 2016 pretendemos investir em novas áreas de consultadoria, nomeadamente nos ramos de direito desportivo e arbitragem assim como um maior impulso na advocacia de negócios a nível internacional, vertente já muito importante na facturação anual da nossa sociedade.

De salientar ainda, e seguindo uma estratégia de expansão coerente e sustentada, a abertura pela ACFA – C. Ferreira e Associados, no início de 2015, de um escritório na Madeira, escritório esse que tem incrementado bastante o negócio da Sociedade relativamente a serviços prestados a sociedades aí sediadas através de uma parceria com a BBridges Business Services.

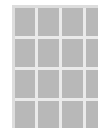
Os profissionais da ACFA – C. Ferreira e Associados estão cientes das mudanças que aí vêm para o sector da advocacia, nomeadamente uma eventual abertura do capital das sociedades de advogados a profissionais de diferentes áreas.

Sabemos que o caminho terá de ser obrigatoriamente esse, mais cedo ou mais tarde teremos de ajustar a nossa actividade com os outros países que cada vez mais estão em concorrência directa com o nosso, sob pena de, se não o fizermos, não conseguiremos atingir os graus de eficiência empresarial necessários e essenciais ao desenvolvimento do nosso mercado.

**António Frutuoso de Melo**

‘Managing Partner’ da AFMA

“2016 será um ano de contracção generalizada da economia a nível global, pelo que, independentemente dos efeitos conjunturais de alguma política redistributiva anunciada pelos partidos que presumivelmente apoiarão o próximo



governo em Portugal, tal fenómeno não vai deixar de se fazer sentir entre nós. Além disso, caso não venha a ser conseguida estabilidade governativa e uma consonância de medidas no sentido de uma maior integração europeia, os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa continuarão a agravar-se e contribuirão negativamente para a evolução económica.

Não vemos, de qualquer modo, com optimismo o ano de 2016, independentemente do governo que viermos a ter, com uma baixa probabilidade de novos investimentos geradores de emprego e exportações.

**António Mendonça Raimundo**

Sócio da Albuquerque & Associados

As perspectivas para a actividade da Sociedade, alicerçadas no que têm sido as últimas evoluções, são positivas, tendo vindo a sentir-se uma retoma da confiança, do investimento, e das contratações.

A data precisa em que respondemos à questão colocada dificulta muito prever a evolução da economia para 2016, e portanto também a evolução da advocacia e da economia.

No entanto estamos esperançados e confiantes de que os protagonistas políticos saberão encontrar argumentos para fazer prevalecer o interesse nacional.

**Fernando Antas da Cunha**

Sócio Fundador da Antas da Cunha

As perspectivas para 2016 são animadoras do ponto de vista da retoma de várias operações nas mais diversas áreas. A retoma da economia no último ano é um indicador claro do crescimento da área do imobiliário e das fusões e aquisições. Prevejo que na área dos private clients se venha a verificar um aumento muito significativo. Com efeito, Portugal tem vindo a ser um dos destinos de eleição para muitos estrangeiros que pretendem sair dos seus países natal. Espero que o momento político atual não venha a influir negativamente para a recuperação que vínhamos assistindo. Já no que respeita às firmas propriamente ditas, julgo que se manterá uma tendência de algumas cisões e fusões nos grandes escritórios e uma maior definição das chamadas boutiques.

João Massano

**João Massano**

Sócio da ATMJ

A atividade de um gabinete de advogados está dependente da saúde dos mercados para os quais presta serviços. Na ATMJ temos a expectativa de que o ano 2016 seja positivo, o que perspetivamos pela continuidade da evolução que marcou o 2015. Efetivamente, o mercado português e oriental tiveram em 2015 um bom desempenho. Fazemos votos para que a incerteza política deste final de 2015 se dissipe e se confirme, por um lado, o crescimento do produto interno bruto da União Europeia, ainda que ténue, e, por outro, se mantenha o crescimento da economia chinesa ainda que sem os números doutros anos.

Miguel de Azeredo Perdigão

**Miguel de Azeredo Perdigão,**

'Managing Partner' da Azeredo Perdigão & Associados

NOVA LEGISLATURA: Votos Sinceros de "Estabilidade Legislativa"

A Advocacia dos tempos modernos não é apática em relação às condições políticas, económicas, financeiras e até sociais do nosso País – antes pelo contrário – estas condições influenciam - e de forma determinante - o exercício desta actividade profissional. Nesse sentido, não partilho da opinião de que os Advogados retirem vantagens

das épocas de crise. Simplesmente se adaptam a elas e reinventam as suas organizações, o que é totalmente diferente.

Neste contexto e independentemente da composição política dos governos, é essencial que os seus responsáveis elejam a estabilidade política e a sub-categoria da "estabilidade legislativa", como critérios imprescindíveis da sua actuação por forma a gerar nos empresários e nos investidores nacionais e estrangeiros o clima virtuoso de confiança que é, nos dias de hoje, condição indispensável para a tomada de decisões de investimento e para eleger Portugal como uma opção séria e credível dessas decisões a nível internacional. A Advocacia portuguesa não só necessita desse investimento, como melhora, se desenvolve e se internacionaliza com esse investimento.

Com este enquadramento, os Governos de Portugal, independentemente da sua orientação política, devem combater séria e empenhadamente, a "incontinência legislativa" (na sugestiva expressão de Antunes Varela) que tem caracterizado o sistema de produção legislativa do nosso País (a que tem presidido uma lógica de "feira de vaidades" dos nossos políticos) e focar-se em dotar Portugal de um quadro legislativo (particularmente a nível fiscal e laboral) que seja previsível, duradouro e principalmente estável.

Para alcançar este difícil e ambicioso objectivo, proponho, uma medida muito simples e, portanto, com a possibilidade de se tornar eficaz: que os Governos se auto - limitem/vinculem na seu tentador desejo de alterar permanentemente a legislação nacional e, consequentemente, que se comprometam politicamente perante os Portugueses, numa primeira e modesta fase, a simplesmente não alterar as leis que eles próprios tenham produzido.

Esta autolimitação, só por isso, contribuiria decisivamente para a melhoria da própria qualidade técnica das nossas leis e esbatia a permanente emanação de diplomas.

Fica a proposta, na esperança de que os resultados sejam positivos e apreciados pelos investidores e, principalmente, que esta ideia faça o seu caminho, se possa desenvolver e tornar mais abrangente e mais exigente. Nessa esperança fico.

**João Caiado Guerreiro**

'Managing Partner' da Caiado Guerreiro & Associados

Creio que 2016 vai ser um bom ano para a advocacia portuguesa, e que as principais tendências se manterão. As sociedades de advogados continuarão a ter um papel decisivo na captação e fixação do investimento estrangeiro. Produtos como o Golden Visa e os Residentes Não Habituais serão importantes na captação de investimento para o sector imobiliário e, indirectamente, para todos os outros sectores da economia, com destaque para o Turismo, a Saúde, a Construção, a Restauração. Julgo que áreas como as Fusões e Aquisições, a Fiscalidade, o Contencioso e Arbitragem, vão manter uma dinâmica de crescimento, e que vão também continuar as reestruturações de empresas. Áreas como o direito laboral, e o aconselhamento a empresas, comercial, bancário, etc. e o direito publico deverão manter-se estáveis. Outro mercado a crescer está relacionado com as Start Ups nas áreas de tecnologia. Aliás, mesmo na advocacia, a tecnologia vai ter cada vez mais influência e isso vai sentir-se cada vez mais.

Martim Menezes

**Martim Menezes**

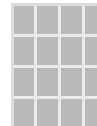
'Managing Partner' da CCA Ontier

A CCA ONTIER projecta que 2016 será um ano bom, e que gostávamos que continuasse em linha com o que foi 2015. Estamos em crer que as alterações políticas levarão ao acelerar e aprofundar de estratégias de internacionalização das empresas Portuguesas.

O investimento de empresas e a aquisição de activos em Portugal poderá ter um compasso de espera até ao final do primeiro trimestre.

A curto e médio prazo a conjuntura política afigura-se como o principal risco para a evolução da economia e do mercado legal.

Pensamos que as áreas de contencioso, imobiliário, fiscal e aquisições deverão manter-se em alta.

**fórum****Nuno Pena**
CMS RPA

Na altura em que se escrevem estas linhas é já possível antecipar que, com certeza, 2016 vai, no mínimo, decorrer sob um clima de instabilidade política, económica e mesmo social. O modo como todos conseguirmos ultrapassar este período mais esta dificuldade irá ditar o nosso sucesso ou insucesso como país. Fazer projeções neste cenário constitui, pois, um exercício de dificuldade acrescida.

A percepção dos mercados e os investidores sobre o desempenho do país ditará em grande medida este último. A actividade da advocacia - em particular a transaccional - acompanhará sempre a tendência que se verificar. Sem prejuízo, a advocacia em geral e a nossa actividade em particular deverá manter-se sem grandes alterações.

**Ana Rita Relógio**
Sócia da CSA - Correia, Seara, Caldas, Simões e Associados - Sociedade de Advogados R.L.

A Advocacia enfrenta múltiplos desafios no futuro próximo, na medida em que está intimamente ligada à conjuntura social, económica e política, pelo que o seu percurso é inevitavelmente marcado pelo que de relevante acontece no País e no Mundo. Actualmente, Portugal atravessa um momento político e económico de assinalável incerteza e instabilidade, o que se reflectirá na forma como os vários sectores da economia se desenvolverão no próximo ano. De igual modo, a nível internacional, as preocupações em matéria de segurança são crescentes, em resultado das recentes manifestações de terrorismo, perpetradas por todo o Mundo. Toda esta conjugação de factores tem enorme impacto no mundo dos negócios, sendo determinante na definição de estratégias, a médio e longo prazo, por parte das empresas nacionais e multinacionais. Por seu turno e como é natural, as estratégias adoptadas pelo mundo empresarial condicionarão, de forma positiva ou não, o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, a vida de todos nós. Numa conjuntura como a actual, impõe-se que o sector empresarial se socorra de um sólido apoio por parte da Advocacia de negócios. Impõe-se também a consolidação da Advocacia Preventiva, de modo a assegurar que as empresas actuem com um maior conhecimento de todos os seus direitos e obrigações, o que lhes permitirá intervir no mercado, nacional e internacional, de forma mais segura e conscienciosa, identificando e prevenindo os riscos inerentes à sua actividade. O aumento das pendências judiciais constitui, por outro lado, um dramático obstáculo ao desenvolvimento económico e social. A morosidade dos Tribunais, aliada aos elevados custos da Justiça, compromete, não raras vezes, a viabilidade das empresas, com as conhecidas consequências económicas e sociais. São, de facto, exigentes os desafios que a Advocacia portuguesa enfrenta nos dias de hoje. Cremos que estará à altura dos mesmos, desempenhando um papel fulcral na consolidação da estabilidade e coesão económica e social.

**José Luís Esquivel,**
'Managing Partner' da Esquivel Advogados

O ano de 2016 está naturalmente condicionado pela existência ou não de estabilidade política, enquanto condição essencial ao investimento (quer público, quer privado) e ao planeamento. Nesta óptica, creio que se se conseguir um quadro de estabilidade, quer permita aos agentes económicos (empresas e investidores) conhecerem o enquadramento, especialmente fiscal, das operações que pretendem realizar, acredito que se consiga manter, ainda que de forma algo ligeira, uma rota de alguma recuperação económica. Não nos devemos esquecer que o motor da economia são as empresas (grandes, médias e pequenas) e não o sector público que em geral representa despesa. Assim, se for prosseguido um caminho que dê espaço para que o motor da economia não abrande, acredito que a economia portuguesa, assim como a despesa pública não sofram um sério revés. Nas áreas em que normalmente trabalhamos, muito



Paula Nunes

ligadas a sectores regulados, como a saúde, os transportes, o ambiente, entre outras, sabemos que existe vontade dos agentes económicos (nacionais e estrangeiros) para prosseguir com investimentos em diversos projectos desde que exista a estabilidade mínima para o efeito. Numa palavra, para 2016, estamos moderadamente esperançados que o quadro político que se vier a desenhar (seja ele qual for) tenha consciência da realidade nacional e da necessidade imperiosa de assegurar condições de investimento aos agentes económicos."

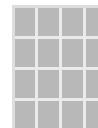
**Rodrigo Almeida Dias**
Sócio da FCB

Como se vivem momentos conturbados em termos políticos, há, no momento em que esta análise foi escrita, uma certa indefinição sobre o que poderá ser a evolução da situação económico-financeira nacional em 2016. No entanto, esperando que impere o bom senso de todos os agentes

políticos, julgo que podemos qualificar a situação presente como de prudente optimismo para 2016.

A evolução no sector da advocacia seguirá, como habitualmente, o curso da economia. Assim, se os novos ventos trarão inevitavelmente alterações - por exemplo, no abrandamento do ritmo das privatizações - é expectável que, globalmente, se mantenha a situação de retoma na procura de serviços jurídicos. Por um lado, tal retoma deve-se a razões positivas, em virtude do aumento do investimento estrangeiro - por exemplo no sector do imobiliário, com particular enfoque no interesse que Lisboa tem crescentemente suscitado junto de investidores estrangeiros. No entanto, também motivos negativos têm determinado tal aumento na procura de serviços jurídicos - o exemplo paradigmático será o da crise do universo Espírito Santo. Ora pelo menos o trabalho jurídico decorrente dos excessos do passado parece estar assegurado para bons anos, a nível do contencioso mas também, por exemplo, de fusões e aquisições, com múltiplas empresas a serem reestruturadas e transaccionadas.

Especificamente no tocante à FCB, já podemos neste momento (Novembro) afirmar que 2015 será o nosso melhor ano de sempre e, nessa medida, com a consolidação da nossa base de clientes e o reforço da nossa presença internacional, as perspectivas para 2016 são evidentemente animadoras. A meta é, aliás, clara: que, em virtude de 2016, 2015 deixe de ser o nosso melhor ano de sempre.

**Amadeu José dos Santos**
Sócio da GAP – Advogados Portugueses

Lançado o repto sobre as nossas perspectivas para o ano 2016, entendemos que se deverá sustentar uma advocacia sofisticada e especializada, tendo o mercado da advocacia vindo a demonstrar uma manifesta exigência do ponto de vista técnico, sendo o advogado forçado a dominar com profundidade a área negocial do seu cliente, fomentando com este uma relação de proximidade que se afigura com igual importância.

Aos escritórios impõe-se como resposta à austeridade e a evolução económica subsequente a necessidade de internacionalização dos seus serviços, quer a acompanhar as empresas portuguesas na exportação, quer o investimento estrangeiro no nosso País que beneficia de algumas, mas relevantes isenções fiscais.

**Carlos Rueda**
Sócio residente da GA&P Lisboa:

“Em 2016, a Gómez-Acebo & Pombo continuará o seu processo de consolidação como uma das sociedades líderes na advocacia em Portugal. Em termos de volume de trabalho, prevemos um ano semelhante ao de 2015. A incerteza da situação política em Portugal, que pode durar vários meses,

podará ter uma influência negativa no investimento estrangeiro, importante fonte de trabalho para uma firma como a nossa. O possível aumento da despesa pública deverá ser acompanhado por estabilidade política e políticas de crescimento que estejam dentro dos limites impostos pela União Europeia e coordenadas com esta de modo a traduzir-se num crescimento económico sólido e duradouro e recuperar a confiança no investimento. Por outro lado, continuará a haver operações relevantes em sectores como o de bancário, que se encontra imerso num processo de reestruturação ainda por terminar.”

**Pedro Botelho Gomes,**
Sócio da José Pedro Aguiar-Branco & Associados

A questão incide sobre as perspectivas para a firma, para o sector da advocacia em geral e para a economia. Os próximos anos serão decisivos para o crescimento sustentado que temos vindo a definir na JPAB. A abordagem aos clientes é absolutamente diferente e a constante inovação

e proactividade passaram a estar na linha da frente. Cada vez mais a competência técnica surge aliada às soft skills, determinantes em processos complexos de negociação, onde a eficácia é fundamental num mercado cada vez mais competitivo. O nível de exigência é superior e tudo se passa de modo muito mais célere. Alargámos o foco. De matriz nacional, estendemos a nossa actividade a novos mercados, contando actualmente com parcerias internacionais que nos permitem assessorar juridicamente os nossos clientes em mercados externos, sem perder a proximidade com o cliente

Potenciando a situação geoestratégica de Portugal, criámos e desenvolvemos uma network sólida, potenciamos o link África, América Latina e Europa. Cruzamos objectivos e metas empresariais e ordenamentos jurídicos, prestando assessoria nas diversas áreas de prática nacional e internacional, abordando diferentes mercados e jurisdições.

Por outro lado, áreas como o empreendedorismo e a inovação têm vindo a ganhar destaque. Para responder a esse desafio, criámos a JPAB+, uma equipa multidisciplinar especializada e orientada para apoiar a criação e o desenvolvimento de Startups ou ideias de empreendedores que possam originar negócios.

Neste sentido, tem sido fundamental associar tradição e senioridade com a energia e determinação dos advogados mais jovens, num trabalho de equipa, coeso, que traduz um precioso equilíbrio intergeracional. É também desta fusão que resulta mais energia e esperança para os próximos anos, sobretudo num olhar mais atento para os indicadores da economia.

Dos grandes investimentos aos “nichos” de mercado, as oportunidades surgem quando mantemos um olhar atento e crítico ao que se passa à nossa volta, seja

em Portugal, seja no mundo. Estamos no Porto, em Lisboa e nos escritórios nos nossos parceiros pelo mundo.

**Paulo Almeida**
Sócio da Kennedys

O ano de 2016 apresenta um desafio à lenta recuperação financeira do mercado português, desconhecendo-se ainda em que medida a movimentação política poderá influir no rumo económico do país. A conjuntura irá obrigar as sociedades de advogados a revelar-se, ainda mais, ao cliente

como um parceiro de negócios, conhecedor da sua actividade e um verdadeiro conselheiro.

O tecido empresarial nacional ganhou uma segunda vida com a ‘vaga’ de internacionalização e estabelecimento de parcerias com países lusófonos, decorrentes da crise financeira, actuando as sociedades de advogados como verdadeiros embaixadores da rápida integração do seu cliente nacional no mercado internacional, bem como, do investidor estrangeiro no nosso país e nos movediços meios comerciais de países africanos de língua oficial portuguesa.

Neste momento, importa conferir sustentabilidade ao ímpeto exportador e preventivamente assumir a defesa do cliente antecipando eventuais ameaças, designadamente à protecção dados e monitorização informática de recursos. Será por ventura o desenvolvimento de meios legais para a prevenção de ataques cibernéticos a área em foco no próximo ano.

A proliferação de produtos financeiros destinados a prevenir o cyber risk irá contribuir para a generalização de instrumentos legais que, até agora, se realizavam num nicho dominado pela prática especializada em propriedade intelectual. O advogado corporate deverá assim zelar pelo círculo de confiança do seu cliente, mantendo-se nele como uma verdadeira mais-valia.

A Kennedys almejou à consolidação da sua expansão internacional, procurando abrir escritórios localizados em mercados emergentes, bem como, em gigantes financeiros. A perspectiva de proximidade com as praças Sul Americanas, Escandinavas e Asiáticas significa também estar mais próximo da inovação e do potencial cliente.

São estes os valores que assumimos no compromisso com o cliente: acessibilidade, rectidão, solidariedade e distinção.

**Paula Albergaria Silva**
‘Managing Partner’ da M&A - Albergaria Silva & Associados

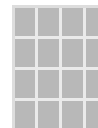
O ano de 2016 deverá ser um ano de consolidação da confiança no mercado. O reavivar da economia portuguesa em 2015 traduziu-se em novas motivações nos diversos mercados e sectores em que os nossos Clientes operam e solicitam a nossa assistência.

Conforme previmos no ano transacto, verificou-se uma aposta crescente por parte do investimento estrangeiro, em especial nas áreas do turismo e imobiliário, sendo expectável que a referida tendência de crescimento se mantenha, caso o clima de estabilidade política se consolide.

Para tal continuará a ser preponderante a manutenção das condições necessárias para a crescente abertura do financiamento bancário, pilar essencial do reforço da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros. Esses investidores contam com uma assistência especializada e integrada por parte dos seus advogados locais, permitindo-lhes definir as melhores estratégias de negócio em Portugal.

De igual modo vimos concretizar-se um crescimento na área do contencioso, que se prolongará com certeza nos próximos anos, tendo-se igualmente verificado o recurso acrescido à mediação e arbitragem como meio alternativo e célere comparativamente com a resolução de conflitos pela via judicial. A este propósito, assinalamos que nos casos de recurso à Arbitragem Tributária, as respectivas decisões foram proferidas num espaço temporal curto (entre 4 a 5 meses).

Em 2016 o desafio da internacionalização continuará a ser uma aposta do tecido empresarial português, tendo algumas sociedades de advogados sido capazes de acompanhar o investidor nacional em mercados estrangeiros, e estabelecen-



do mesmo, em diversos casos, uma presença internacional permanente ou parcerias estáveis com sociedades de advogados de outras jurisdições. Esperando-se que o abrandamento da Economia Chinesa e Angolana sejam meramente conjunturais, mantemos a expectativa de continuar a assistir ao crescimento e amadurecimento dos mercados da denominada África Lusófona, com um registo assinalável do número de transações perspectivadas e consequente necessidade de assistência jurídica que esteja à altura desses desafios. Continuamos otimistas em relação ao mercado da advocacia em 2016. As sociedades de advogados vão ter que continuar a sua aposta na diversificação dos serviços que prestam e dos mercados em que operam, colocando-se ao lado do nosso tecido empresarial e encontrando mecanismos de ajustamento à realidade económica do nosso país.



Diogo Xavier da Cunha,
"Managing Partner" da Miranda & Associados

Para nós, as perspetivas para 2016 têm que ser analisadas à luz dos diferentes mercados que cobrimos, pois estamos a falar de realidades bastante diferentes entre si. Desde logo porque a conjuntura económica que afeta cada país e, consequentemente, os nossos clientes, varia um pouco. Julgo que podemos distinguir entre as economias substancialmente dependentes do petróleo e de outros recursos naturais e as restantes. E depois temos o mercado nacional, com as suas especificidades. Nos países em que o peso do petróleo na economia é relevante – como Angola, Guiné Equatorial, Gabão e República do Congo –, as perspetivas são de abrandamento da atividade e de novos investimentos por parte dos nossos clientes tradicionais. Contudo, cresce a necessidade de apoio jurídico associado a reduções de pessoal e, em alguns casos, de cessação de atividade. Por outro lado, estes países farão um esforço para diversificação das fontes de investimento o que trará novas oportunidades em setores como a energia elétrica, a indústria, a agro-indústria e as infraestruturas. Em economias menos dependentes do petróleo e de outros recursos naturais, a conjuntura de baixos preços nos mercados internacionais não as afetará tanto. É o caso de Moçambique, Cabo Verde, Timor-Leste, São Tomé e Guiné Bissau. Neste países, as perspetivas de crescimento económico são mais interessantes e a nossa atividade deverá continuar a crescer. Diria que os setores da energia elétrica, da indústria, da agro-indústria, das infraestruturas e, possivelmente, do imobiliário e turismo terão algum relevo. Em alguns mercados há ainda a expectativa de se encetarem reestruturações do setor empresarial do Estado, com a privatização de algumas empresas. Esperamos ainda que possam finalmente verificar-se desenvolvimentos ao nível do mercado de valores mobiliários em alguns países. No que a Portugal diz respeito, a grande incerteza é política e não se sabe ainda que tipo de impacto teremos ao nível da conjuntura económica. De resto, acreditamos que o investimento possa continuar a crescer, ainda que lentamente. Ao nível da atividade da firma, acreditamos que as áreas de imobiliário e de societário, nomeadamente ao nível das aquisições por fundos internacionais, possam gerar oportunidades crescentes. O contencioso e o laboral são igualmente áreas que certamente continuarão a crescer, assim como os litígios com o Estado, sejam eles puramente administrativos ou de natureza fiscal. E vamos continuar a fazer uma forte aposta na economia do mar.



Pedro Pinto
Sócio Fundador da pbbra

Estamos focados num ano de 2016 em linha com a evolução de atividade verificada no ano de 2015 e motivados para aproveitar os sinais positivos que a economia evidencia, designadamente em termos de investimento estrangeiro, que tem gerado trabalho crescente, mas também do investimento com origem nacional, que dá sinais de retoma. Pensamos que todas as áreas de prática da sociedade beneficiarão desse previsível aumento de trabalho. Em termos do mercado da advocacia, 2016 pode bem ser um ano marcado por alguma tendência para a consolidação do sector. Em termos de evolução da economia perspectivamos a continuação da retoma que se tem vindo a sentir e da qual temos vindo a aproveitar.



Nuno Cruz
Sócio Fundador da PCA

A Pereira da Cruz e Associados assume-se como uma sociedade de advogados vocacionados, sobretudo, para a área da Propriedade Intelectual. Ainda em época de crise, espera-se que a economia e as empresas portuguesas consigam ultrapassar da melhor forma os tempos de incerteza política que atravessamos. A aposta na criatividade, na investigação e na afirmação da identidade empresarial, poderão certamente contribuir para um maior sucesso das empresas, tanto no mercado português como internacionalmente.



Luís Pais Antunes
"Managing Partner" da PLMJ

2016 é, no atual contexto político, uma relativa incógnita. Precisamos de estabilidade, de uma economia mais competitiva e sustentável e de um ambiente favorável ao investimento. PLMJ saberá – como no passado – continuar a apostar na inovação, na qualidade e na diversificação dos serviços prestados no mercado interno, bem como na consolidação e reforço do seu projeto internacional.



Pedro Raposo
"Managing Partner" da PRA

Tendo procedido à conclusão do projeto de fusão entre as três sociedades em Outubro de 2015, o ano de 2016 será claramente um ano de consolidação e crescimento da sociedade. Efetivamente o acréscimo de valências e localizações permite à PRA disponibilizar aos seus clientes e ao mercado em geral serviços que até aqui apenas estavam disponíveis em Lisboa e no Algarve, sendo o mercado do Porto muito importante. Por outro lado, o aumento da atividade económica, verificado em 2015 e cujos indicadores de crescimento indicam, se irá manter em 2016, permite antecipar um conjunto de novos investimentos por parte das empresas e o consequente aumento da necessidade por parte destas de novos serviços jurídicos



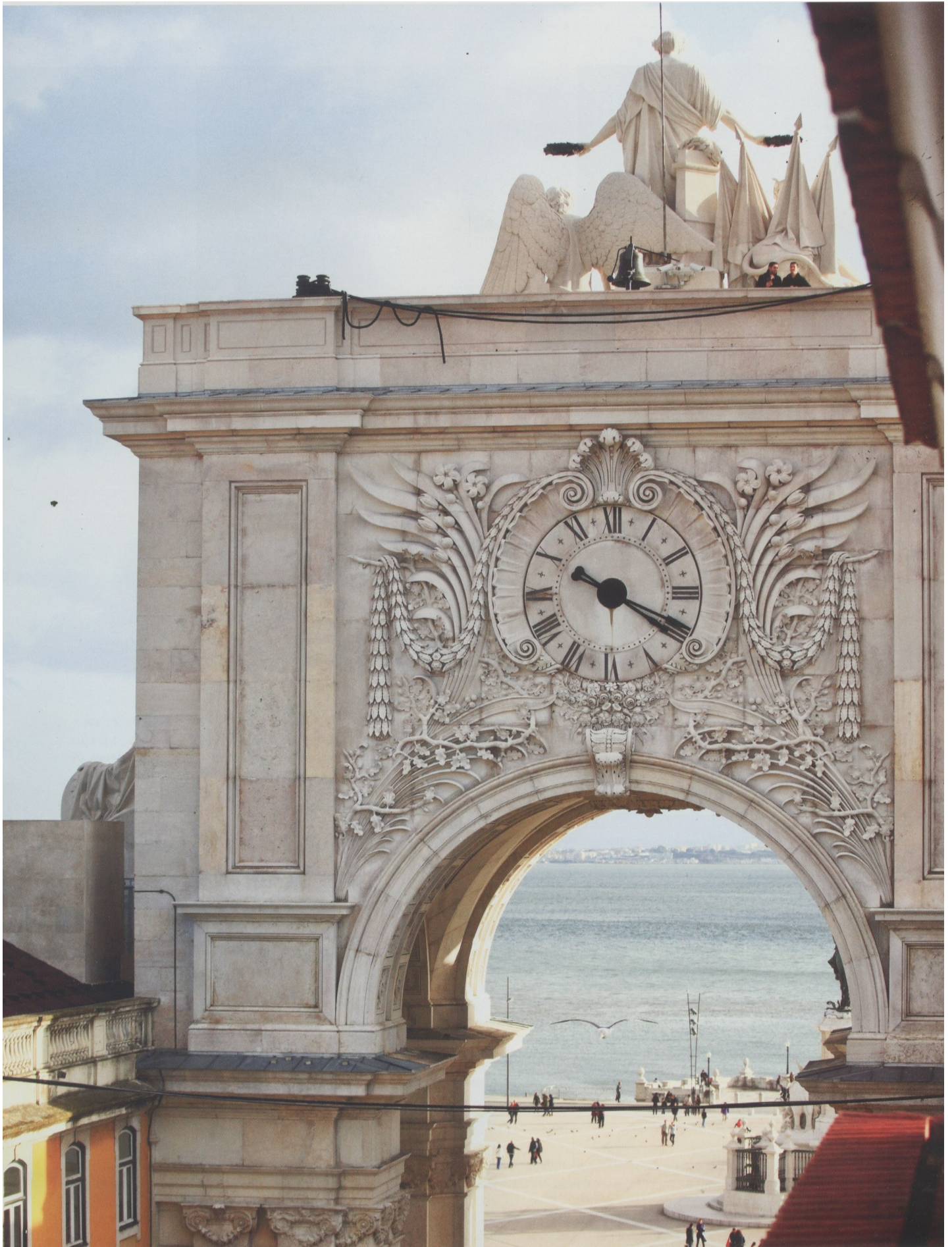
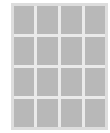
Nelson Raposo Bernardo
"Managing Partner" da Raposo Bernardo

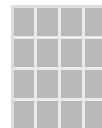
“Será um ano de muita expectativa quanto ao rumo do País e da sua economia. Sente-se que as empresas e os agentes económicos em geral anseiam por um clima favorável ao desenvolvimento dos negócios e das suas actividades, mas precisam de sentir estabilidade e confiança. Entre o receio e a esperança, vivemos uma mudança de tempos cujo resultado final, embora ainda desconhecido, nunca será neutro. A advocacia vive um momento crucial, talvez nunca como hoje tenha estado tão condicionada e dependente do que venha a ser o destino do País em termos económicos, ao contrário do que já sucedeu em algumas crises no passado, durante as quais a advocacia nacional conseguiu gerar movimentos de contraciclo.”



Rogério Fernandes Ferreira
"Managing Partner" da RFF&Associados

Entendo que as incertezas políticas do próximo ano possam provocar alguma retracção de investimento e muito mais pressão, ainda, ao nível das receitas fiscais a obter pela Administração tributária, o que, certamente, poderá não favorecer o investimento externo mas fomentar litígio fiscal, mercê de pressão tributária acrescida. Ainda assim, não creio que parem as operações que já se tenham iniciado, pelo que há alguma imprevisão para o futuro



**fórum**

no mercado da advocacia nacional que deve continuar a apostar, como até aqui, no mercado externo, sendo que o de língua portuguesa, nomeadamente Brasil e Angola, não têm também podido ajudar.

A conjuntura internacional poderá, ainda assim, favorecer áreas jurídicas mais ligadas à emigração, ao turismo e aos clientes privados, de dentro e de fora da Europa, sendo que a área fiscal sendo transversal nestes domínios, poderá mesmo crescer.

**Paulo Câmara**

'Managing Partner' da Sérvulo & Associados

A interrogação maior que nos coloca 2016 é a de saber como irá reagir o tecido empresarial e o investimento estrangeiro a um período com maior turbulência política. Apesar da incerteza, devemos recusar visões catastrofistas. As empresas continuarão a cumprir a sua missão de desenvolvimento do país, de criação de emprego e de valor. No plano da prestação de serviços jurídicos, estimo que venha a revelar-se um peso maior de áreas regulatórias – como o Fiscal, o Público, o Governance e o Laboral.

**Martim Anahory**

Sócio da Serra Lopes, Cortes Martins

2016 poderá bem ser o ano de consolidação da retoma económica (tímida) já sentida em 2015, assim o permitam os nossos políticos. A confirmar-se, áreas de prática já em franca recuperação pós-crise durante 2015 – M&A, imobiliário - conhecerão crescimentos ainda mais significativos em 2016, potenciados por investidores

internacionais com liquidez e por interessantes activos à venda no mercado – muitos deles detidos e otimizados por empresas de private equity - a preços competitivos. Sectores como a Saúde, a Agro-Indústria, o Turismo, a Energia, os Serviços Financeiros, bem como os Tecnológicos, gerarão provavelmente boas oportunidades.

**Pedro Rebelo de Sousa**

'Managing Partner' da SRS

Se o quadro económico internacional e nacional não sofrer alterações estruturais radicais acreditamos que em Portugal continuaremos a ver um acréscimo de actividade seja no contexto de reestruturações empresariais, seja de recapitalização do tecido empresarial seja ainda do redesenhar do sistema financeiro.

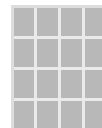
Em Angola acreditamos que o encarar da crise cria oportunidades para a nossa aliança local e em Moçambique esperamos assistir ao verdadeiro e definitivo arranque dos projectos estruturantes da sua economia.

Assim estamos cautelosamente optimistas.

**Carlos Lucena**

'Managing Partner' da Telles de Abreu

2016 será um ano de manutenção da tendência de crescimento em Portugal. Em 2015 acompanhámos inúmeros processos estratégicos de empresas há muito estabelecidas, mas também de startups recém-chegadas ao mercado e posso afirmar, com bastante convicção, que o mercado, no geral, assimilou os ensinamentos do passado e está agora mais preparado para encarar o cres-



Alessia Pierdomenico / Reuters

cimento de uma forma mais estruturada e equilibrada. Para as sociedades de advogados 2016 será mais um ano de mudanças. Mudanças impostas pelo mercado. Vivemos uma era de grande dinamismo que as sociedades precisam de acompanhar sob pena de deixarem de ser relevantes. Gerir uma sociedade de advogados é hoje um exercício cada vez mais complexo, exigente e estimulante.

**Duarte Garin**

'Managing Partner' da Uría Méndez-Proença de Carvalho

Os últimos dois anos foram de intensa atividade e praticamente todas as áreas do escritório tiveram crescimentos de trabalho muito acentuados.

Este aumento deveu-se em grande medida a factores conjunturais que geraram oportunidades de investimento em diversos sectores, e a um interesse sustentado por parte de investidores internacionais por Portugal.

Sente-se que os investidores têm liquidez para aplicar, e que as oportunidades de investimento surgidas no mercado nacional eram bastante apetecíveis, num cenário em que Portugal se apresentou como um destino de investimento credível face ao resultado da política de recuperação prosseguida nos últimos anos.

A atividade em 2016, e em geral nos próximos anos, dependerá em grande medida da confiança que tais investidores mantiverem (ou não) no nosso país e na sua capacidade em se manter na rota de recuperação económica e de restituição de confiança que foi traçada.

Os sectores financeiro, imobiliário, das infraestruturas e energias renováveis são bons exemplos de sectores que esperamos possam vir a estar mais ativos em 2016

**Paula Gomes Freire**

Sócia da Vieira de Almeida & Associados

Em 2015, assistimos à consolidação de sinais de recuperação económica o que, naturalmente, favoreceu a retoma da confiança e, conseqüentemente, de algum investimento. Admitimos que esta tendência se mantenha no

curto prazo e que 2016 corresponda, por isso, a uma evolução na continuidade apesar da incerteza política que vivemos e que certamente marcará o próximo ano. Há que admitir uma margem relevante para influências do ciclo político no ciclo económico e teremos por isso muito brevemente oportunidade de testar a solidez dessa recuperação económica.

Para o segmento da advocacia em que estamos inseridos as expectativas são positivas e é com otimismo que encaramos o ano 2016. É natural que as áreas mais ligadas à regulação de atividades económicas e ao contencioso/reestruturações continuem a apresentar níveis de atividade muito interessantes e que, salvo impactos fiscais adversos, as áreas do Imobiliário e M&A continuem a recuperar.

Consideramos que a VdA se encontra bem apetrechada para fazer face a um contexto de maior incerteza, nomeadamente tendo presente uma forte aposta na diversificação tanto de geografias como de sectores.

Para o ano que se avizinha, parece-nos fundamental promover ainda mais vincadamente o foco na eficiência, otimizando os processos e assegurando a manutenção da qualidade dos produtos e serviços, e numa gestão exigente e profissional das carreiras e dos talentos. Julgamos que estes são aspetos fundamentais para assegurar, em 2016, níveis de rentabilidade e atratividade que permitam continuar a afirmar um projeto de advocacia sustentável.